

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

O proprietário de um lote urbano o cedeu em locação, por intermédio de instrumento particular, à empresa JPM Locações e Empreendimentos Ltda. Assim, por força de cláusula contratual específica, o lote passou a ser usado como estacionamento de veículos automotores de clientes da empresa locatária.

Esclareça se a relação jurídica de direito material, nesse caso, é regulada, segundo o Superior Tribunal de Justiça, pela Lei de Locação – Lei nº 8.245/1991 – ou pelo Código Civil (locação de coisas – arts. 565-578). Justifique a sua resposta.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 3

A Associação dos Amigos do Bem ingressou com ação civil pública contra pessoa jurídica de direito privado por supostos danos ao meio ambiente. No despacho saneador, o juiz, ao exame do estatuto e regimento interno da parte autora, constatou a inexistência de legitimidade ativa desta, por não se incluir entre suas finalidades a proteção ao meio ambiente.

Assim, de acordo com a legislação aplicável e a jurisprudência do STJ, avalie se o juiz deve extinguir o processo ou conferir oportunidade ao Ministério Público para que, se entender cabível, assumam a titularidade ativa da demanda.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

QUESTÃO 3

Determinado município promoveu licitação na modalidade convite com vistas à aquisição de um ônibus para realizar transporte escolar de crianças da área rural. Concluído o certame, procedeu-se à tradição do bem e, no mesmo momento, foi feito o pagamento total, no valor R\$ 30.000,00, pelo prefeito, mediante três cheques. Entretanto, o ônibus jamais pôde ser transferido ao patrimônio do município, porque estava alienado fiduciariamente a um banco. Ao término do mandato do prefeito que autorizara o pagamento, ainda não havia sido possível transferir o veículo, que, contudo, continuava prestando os serviços necessários ao município.

Ao assumir o cargo, o novo prefeito eleito enviou documentos ao Ministério Público, para análise e providências, recomendando urgência a fim de evitar prescrição, pois já tinham transcorrido três anos.

Com base nessa situação hipotética, discorra, na qualidade de promotor de justiça substituto, sobre as providências cabíveis ao caso.